

EDUCADORES SOCIAIS ATUANTES NAS ONGS: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

NATALI, Paula Marçal-UEPG
paula_marcal@hotmail.com

PAULA, Ercília M. A. Teixeira de-UEPG
erciliapaula@terra.com.br

Área Temática: Educação: Profissionalização Docente e Educação
Agência Financiadora: CAPES

Resumo

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 cresceu o número de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social que são atendidos por diversas instituições educacionais governamentais ou não governamentais. Este atendimento é realizado na maioria das vezes em período contrário ao escolar e tem na figura do educador social o papel de mediador educacional. A partir deste cenário neste trabalho nos dedicamos a refletir sobre a formação dos educadores sociais que atuam em organizações não-governamentais que atendem no contra turno social crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Esta é uma pesquisa qualitativa de cunho multirreferencial. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a realização de entrevistas semi-estruturadas com educadores sociais atuantes no contra turno social não-governamental na cidade de Maringá- PR e análise dos fundamentos teóricos da Educação Popular, da Educação Não-Formal e do Terceiro Setor. Para atingirmos nosso objetivo neste estudo discutimos alguns elementos constitutivos das organizações não-governamentais e Terceiro Setor na atualidade, as características do educador social, e a formação dos educadores sociais nas instituições de contra turno social não-governamentais. Compreendemos que, a formação do educador social não deve se restringir a sua formação universitária, pois esta não necessariamente garante a efetividade de sua atuação como educador social. Sendo assim, entendemos que a formação do educador social deve ser ampla e abranger conhecimentos sobre a trajetória das políticas sociais referentes à criança e ao adolescente; as discussões em torno da Educação Social, além de comprometimento político e o engajamento nas lutas pela infância e adolescência.

Palavras-chave: Formação Profissional; Educadores sociais; Organizações não-governamentais.

Introdução

A história do atendimento às crianças e adolescentes em situação vulnerabilidade social em nosso país, traz as marcas do descaso e do assistencialismo. Entretanto com a

promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente¹ em 1990, algumas características deste atendimento começam a se modificar.

Sendo assim, em meio a promulgação do ECA (1990) cresce o número de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social que são atendidas por diversas instituições educacionais governamentais e não-governamentais. Na maioria das vezes este atendimento é realizado em período contrário ao escolar e tem na figura do educador social o papel de mediador educacional.

Neste estudo, nos dedicaremos a refletir sobre a formação dos educadores sociais que atuam em organizações não-governamentais² que atendem crianças e adolescentes em contra turno social. Esta forma de atendimento refere-se ao ECA (1990) no que diz respeito ao apoio sócio-educativo em meio aberto (ECA, artigo 90, inciso II).

Para nos auxiliar nesta reflexão realizamos entrevistas semi-estruturadas com seis educadores sociais com/em formação em Educação Física atuantes em Ongs da cidade de Maringá-PR, e buscamos embasamento teórico nas produções da Educação Popular, da Educação Não-Formal e do Terceiro Setor.

Este trabalho faz parte de uma dissertação de mestrado a qual analisa duas instituições não-governamentais que atendem no contra turno social crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social na cidade de Maringá-PR.

O objetivo principal da pesquisa de mestrado é investigar os programas de duas Ongs de Maringá e analisar, de forma mais aprofundada, as implicações das atividades lúdicas dos programas de contra turno social para os adolescentes. A opção pelo estudo do lúdico ocorre, pelo fato de existirem poucos estudos em relação a característica do lúdico e as implicações destas atividades para os adolescentes. A pesquisa está sendo desenvolvida se configura como qualitativa e de cunho multirreferencial.

Sendo assim, para atingirmos nosso objetivo neste trabalho de refletirmos sobre a formação do educador social atuante em Ongs discutiremos: algumas características das Ongs na atualidade, quem são os educadores sociais e quais as formações desses educadores sociais nas Ongs.

¹ A partir deste ponto vamos nos referir ao Estatuto da Criança e do Adolescente pela sigla ECA.

² A partir deste ponto vamos nos referir a Organizações Não-Governamentais pela sigla Ongs.

As Ongs e o Atendimento a Criança e ao Adolescente em Situação de Vulnerabilidade Social:

A partir da promulgação do ECA (1990), houve no Brasil abertura para uma maior articulação entre o Estado e a sociedade civil em relação a defesa e luta dos direitos das crianças e dos adolescentes. Este novo cenário se configurou através da criação dos Conselhos Tutelares, dos Conselhos Estaduais e Municipais de defesa da criança e do adolescente e da maior atuação das Ongs no atendimento as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Como fica expresso no art. 86 do ECA:

A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (BRASIL, 1990)

Sendo assim, o Estado passou a concentrar sua ação apenas na supervisão deste atendimento a criança e adolescente. Para realizar este atendimento em *parceria*, houve neste período a facilitação para a criação de Ongs que tinham o objetivo de realizar o atendimento á crianças e adolescentes.

Desta forma o atendimento a criança e ao adolescente em situação de risco social é garantido na maioria das vezes, através do Terceiro Setor, que em um primeiro momento nos passa a impressão de ser uma forma de intervenção social articulada, em parceria entre ações governamentais e não-governamentais.

De acordo com Cabral (2007), as Ongs são atores sociais recentes na história do nosso país. Elas surgiram no período pós-ditadura na América Latina como rejeição as estruturas tradicionais de poder do Estado. Nos seus primórdios, essas organizações também surgiram a partir da Educação Popular junto às comunidades.

Entretanto, atualmente as Ongs se configuram mais como parceiras do Estado, no chamado Terceiro Setor, que muitas vezes concentram suas atuações em ações paliativas e de cunho emergencial. Estas ações acabam objetivando a reprodução das desigualdades sociais uma vez que não atingem a causa real dos problemas.

As ações das Ongs englobadas no Terceiro Setor estão muito distantes das lutas dos movimentos sociais, que tem suas ações comprometidas com as modificações estruturais, com a ampliação dos direitos sociais e do trabalhador.

A partir disto o Terceiro Setor deve ser entendido como um fenômeno real que expressa

[...] as ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, que assumem as funções de resposta às demandas sociais (antes de responsabilidade fundamentalmente do Estado), a partir dos valores de solidariedade local, auto-ajuda e ajuda mútua (substituindo os valores de solidariedade social e universalidade e direito dos serviços) (MONTAÑO, 2005, p.184).

O Terceiro Setor é, portanto, compreendido com um fenômeno que exerce uma função social, que anteriormente era responsabilidade do Estado, realizada por organizações da sociedade civil.

Em relação aos programas das Ongs destinados ao atendimento das crianças e adolescentes de classes populares, é preciso refletir sobre como as práticas educativas dessas organizações têm promovido a emancipação das classes populares ou estão apenas funcionando como instituições promotoras da adaptação social e dominação ideológica.

As Ongs que atuam como instituições complementares a Educação Formal, muitas vezes têm seus programas, ora voltados para a profissionalização das crianças e adolescentes para formar futuros trabalhadores para atender as necessidades das elites, ora esses programas estão voltados para fazer com que as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social não representem uma “ameaça” nas ruas dos grandes centros urbanos. Desta maneira, são ofertadas atividades artísticas, de lazer e esporte, para que essas pessoas “passem o tempo” e se ocupem em atividades nestas instituições.

Neste sentido, alertamos para a necessária reflexão sobre o atendimento a crianças e adolescentes garantidos pelo ECA (1990) ser executado pelo Terceiro Setor, inclusive sobre a formação dos mediadores deste processo, os educadores sociais, pois compreendemos que a busca destas parcerias são soluções substitutivas, paliativas e que não objetivam a verdadeira transformação da realidade social.

Metodologia

Esta pesquisa é qualitativa de cunho multirreferencial. Esta escolha se fez porque os estudos na área da educação não formal são recentes, estão em construção e congregam diferentes campos, entretanto é preciso destacar que a multirreferencialidade “[...] não está na prática da complementaridade, da aditividade, tampouco da obsessiva necessidade do

domínio absoluto, mas da afirmação da limitação dos diversos campos do saber, da tomada de consciência da necessidade do rigor fecundante, da nossa ignorância enquanto inquietação” (MACEDO, 2000, p.93).

A metodologia deste trabalho esteve voltada, em um primeiro momento, para a revisão da literatura em questões referentes a Educação Popular - Freire(1980, 1987), Graciani (2005); da Educação Não-Formal - Rodrigues (2005), Cabral (2007) e Oña (2005); do Terceiro Setor - Montañó (2005). Num segundo momento realizamos seis entrevistas semi-estruturadas com os educadores sociais responsáveis pelas oficinas lúdico esportivas em duas instituições de contra turno social na cidade de Maringá-PR.

A entrevista semi-estruturada foi utilizada como recurso metodológico, pois é um recurso que extrapola a função de apenas fornecer dados para a investigação, é um momento de encontro entre o pesquisador e os atores na busca pelos sentidos construídos e relatados sobre a realidade dos sujeitos da pesquisa.

O recurso da entrevista semi-estruturada, segundo Macedo (2000, p.165) é um recurso metodológico significativo “[...] na apreensão de sentidos e significados e na compreensão das realidades humanas, na medida em que toma como uma premissa irremediável que o real é sempre resultante de uma conceituação [...]”. A entrevista semi-estruturada é flexível, entretanto é necessário que o pesquisador elabore um roteiro a ser seguido, com questões objetivas que abarquem as metas da investigação.

Os Educadores Sociais no Brasil:

A figura dos educadores sociais em nosso país é anterior a promulgação do ECA em 1990. Estes educadores estão imersos nas lutas pela construção e efetivação dos processos de democratização dos anos 80 através do movimento de mulheres na luta por creches, pastoral da criança, o movimento de meninos e meninas de rua, entre outros.

Os educadores sociais atualmente atuam em diversos campos educacionais como em presídios, asilos, em instituições de cumprimento de medidas sócio educativas, programas de redução de danos de drogas, em instituições de contra turno social que atendem crianças e adolescentes em situação de risco entre outros espaços.

Diante das diversas possibilidades de formação e atuação do educador social tornou-se difícil apresentar uma única definição do que é o educador social. Porém Oña (2005) tentou realizar esta tarefa trazendo a seguinte definição:

O educador social facilita o bem estar do sujeito, entendendo este bem estar como satisfazer suas necessidades sociais e educativas básicas e ter a possibilidade de desenvolver suas próprias capacidades pessoais, participando crítica e ativamente na sociedade em que vive. O educador social é o mediador entre o educando, a sociedade e a cultura. (OÑA, 2005, p.2)

Esta mediação realizada pelo educador social deve ser fruto da sua capacidade de leitura do mundo, da realidade dos educandos, assim como, da sua competência pedagógica e disposição para trabalhar em grupo.

Rodrigues (2005) apresenta também as atribuições deste profissional que atua em diferentes espaços como

[...] ir ao encontro das crianças e adolescentes nas ruas da cidade, como também assumir os cuidados consequentes desse encontro e a tentativa de promover a reintegração à família ou o acesso e a garantia de uma convivência saudável em instituições sócio educacionais construídas para moradia (RODRIGUES, 2005, p.270).

A partir disto compreendemos que o comprometimento com a criança e o adolescente em situação de vulnerabilidade social deve ser o norteador da atuação de todos educadores que se comprometem com a defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

De acordo com Graciani (2005) em sua proposta da Pedagogia Social de Rua, o educador social de rua é,

[...] um mediador do diálogo do educando com o conhecimento. Assumindo a intervenção, a diretividade do processo, revê a diferença entre o seu saber e o saber do educando e compromete-se com a assimetria inicial, caminhando na direção de diminuir gradativamente essa diferença. Ter intencionalidade, dirigir, é ter uma proposta clara do trabalho pedagógico, é propor e não impor, é desafiar o educando para aprender a pensar, elaborar e criar conhecimentos (GRACIANI, 2005, p.208).

Portanto a atuação profissional do educador social é complexa e exige do educador um constante exercício reflexivo, onde suas práticas educativas devem estar conectadas há um projeto mais amplo que supere a simples execução de atividades.

Existem muitos obstáculos que dificultam a constituição da identidade deste profissional da educação, como por exemplo, a falta de representatividade de classes, a falta de definição das leis trabalhistas e também uma ausência de referência para a formação deste profissional. Desta forma,

O educador segue então transformando suas práticas das mais variadas formas, sem referências sistematizadas em suas diversas atuações, sem um código de ética definido, sem limites claros traçados, limites para o próprio educador e geralmente exigidos às crianças e adolescentes no seu cotidiano (RODRIGUES, 2005, p.274).

Estes fatores podem ter como consequência uma ação educativa muito individualizada, deslocada de um planejamento pedagógico da instituição, que deveria ser fruto de uma construção coletiva.

Compreendemos como fundamental na ação educativa do educador social não só o seu exercício reflexivo sobre a prática, mas que ele promova também junto aos seus educandos este ato reflexivo. Entendemos esta ação como fundamental, pois esta característica está baseada no direito do sujeito à participação e à autonomia de todos – educandos e educadores - negando a centralidade do diálogo apenas na figura do educador, pois,

Não há nada que contradiga e comprometa mais a emersão popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação (FREIRE, 1980, p.93).

Sendo então incoerente uma ação educativa comprometida com o sujeito, que não proporcione a análise crítica. Priorizando a ausência de debate ou fazendo-o de forma autoritária, desta forma o educador reforça os modelos estabelecidos em nossa sociedade de opressores e oprimidos.

A Formação do Educador Social Atuante em Instituições de Contra Turno Social Não-Governamentais:

No Brasil na década de 80 em meio a diversas mudanças políticas e sociais os profissionais que atuavam junto à infância e a adolescência em situação de risco começaram a passar por um processo de formação que privilegiava na maioria das vezes “[...] a promoção da inclusão social, visando preparar o educador para estar envolvido com questões sociais, afetivas, metropolitanas, familiares e outras” (RODRIGUES, 2005, p.271).

O enfoque dado à formação dos educadores sociais neste período, assinalava para uma discussão emergente sobre as questões da infância e da adolescência em situação de risco como sujeito de direito e com a elaboração e discussão do ECA em 1990.

Apesar da formação apontada, em nosso país não existe uma formação específica para educadores sociais como existe em alguns países europeus, por isso estes educadores são de diversas áreas de formação. Dentre estas áreas se destacam a psicologia, a pedagogia, a educação física, o serviço social, entre outros e até educadores sem formação no ensino superior, pois esta não é uma exigência para a atuação profissional.

A formação do educador social é um ponto que merece uma reflexão mais cuidadosa, visto que, como afirmamos acima sua formação não é um pré-requisito para sua atuação. Compreendemos que a formação do educador social deve ser ampla e contemplar conhecimentos específicos sobre educação não-formal e uma sólida e crítica formação política.

É imprescindível que o educador social que atua com a criança e adolescente em situação de risco social conheça também toda a discussão sobre a luta da defesa da criança e do adolescente e os entremeios do ECA, promulgado em 1990.

Nas entrevistas realizadas todos os educadores sociais apontaram para a dificuldade de atuar como educadores sociais e assinalam que a falta de formação na área é um fator que contribui para esta dificuldade. Apesar de três educadores estarem cursando licenciatura em Educação Física e os outros três já serem formados em Educação Física, acreditam que a formação apenas no nível superior não lhes capacita para a atuação como educadores sociais.

Relatam também que o foco da formação do educador físico são os conhecimentos sobre as técnicas dos esportes, e que estes conhecimentos privilegiados na licenciatura em Educação Física não são suficientes para garantir a efetividade da atuação no contra turno social.

“a gente faz ali mas com dificuldade, têm uma formação, nós não trabalhamos assim, na faculdade nós trabalhamos mais o técnico os movimentos e aqui a gente trabalha com isso mas trabalha mais com o psicológico, a interação com a criança” E3³

A formação do educador social precisa ser ampla, no sentido de que deve abranger o conhecimento específico de sua área de formação, neste caso a Educação Física, o conhecimento da trajetória das políticas sobre a infância e a adolescência, e uma formação política.

³ Sigla utilizada para preservar a identidade dos educadores entrevistados.

A necessidade de uma formação ampla é explicitada por Graciani (2005, p.29) quando define o educador social de rua como: “[...] um agente, intelectual orgânico, comprometido com a luta das camadas populares, que elabora junto com os movimentos um saber militante, captado na vida emergente dos marginalizados urbanos de rua”.

A partir da definição de que a formação do educador social de rua precisa ser comprometida com a luta das classes populares, assumimos que o foco da formação do educador social que atua no contra turno social não pode estar desvinculado desta definição.

A fala dos próprios educadores sociais explicita a falta de elementos em sua formação que prejudicam sua atuação junto aos educandos, por muitas vezes nas entrevistas fica explícita a necessidade de engajamento, conhecimento político e também de reflexões sobre a educação social,

“o educador social deve ter uma formação além sim, uma especialização a opção da graduação é livre, ele pode ser um profissional de qualquer área mas, pra atuar como educador social ele tem que buscar algo que ligue a formação dele acadêmica com esta área de educador social, cursos, uma formação, uma capacitação” E4

“aqui (no contra turno social) eu aprendi muito isso, é um mundo diferente, você não está aqui pra formar profissionais e sim pra formar cidadãos, então eu acho que você tinha que ter uma formação pra saber; o que é cidadão? Qual é o direito? Qual é o dever? Antes de ficar cobrando, eu nem conhecia o ECA, fui conhecer a partir daqui” E5

Esta formação mais completa necessária ao educador é composta de habilidades essenciais para a atuação do educador social referentes à sua personalidade e à seu conhecimento técnico-profissional, Graciani (2005, p.199) afirma que,

[...] as primeiras referem-se principalmente à dimensão relacional, isto é, a qualidade e habilidades pessoais na relação com o outro, e as segundas, por sua vez, às habilidades e conhecimentos (competência) sobre determinadas áreas, pessoas ou processos específicos e globais, tanto na reflexão quanto na ação e desempenho com os grupos de rua.

Essas concepções nos levaram a compreender que as habilidades necessárias ao educador social não são construídas apenas freqüentando um curso superior, são habilidades que necessitam de estudos permanentes e engajamento político, daí se faz à necessidade de formação reflexiva permanente dos educadores.

Nesta formação reflexiva permanente é imprescindível que o educador social estabeleça uma relação constante entre o referencial teórico estudado e sua prática com os educandos, construindo a partir de sua realidade suas próprias imagens e conceitos da ação educativa com crianças e adolescentes em situação de risco.

Compreendemos através das falas dos educadores sociais o reconhecimento de sua inconclusão como educadores, identificada através da percepção que eles têm da necessidade de formação permanente para realizarem seu trabalho de educadores sociais,

“na faculdade a gente aprende mais a técnica, então acho que seria mais interessante os educadores fazerem cursos, palestras, ter uma formação, nunca parar mas sempre estar buscando coisas diferentes pra renovar” Bianca

O entendimento do homem como um ser inconcluso parte da compreensão dele como um ser histórico e que “[...] os reconhece como seres que *estão sendo*, como seres inacabados, inconclusos, *em e com* uma realidade que, sendo histórica também, é igualmente inacabada.” (FREIRE, 1987, p.72).

O reconhecimento da incompletude, na fala dos educadores sociais, desvela uma angústia, no sentido de que muitos reconhecem a necessidade de um *quefazer permanente*, que está muito distante de acontecer na sua ação educativa, uma necessidade de mobilidade que não se efetiva na sua práxis como educadores, e que possivelmente reflete em sua atuação junto às crianças e adolescentes.

Considerações Finais:

Neste estudo buscamos refletir sobre a formação do educador social que atua em instituições de contra turno social não-governamentais. Para isso discutimos questões referentes à atuação das Ongs no Terceiro Setor; características do educador social e a formação dos educadores sociais a partir de relatos de entrevistas realizadas com educadores sociais com formação em Educação Física atuantes em Ongs.

Com a maior possibilidade de articulação entre Estado e sociedade civil que a promulgação do ECA (1990) permitiu, o atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social passou a ser executado na maioria das vezes pelo Terceiro Setor.

Compreendemos que o Terceiro Setor é um fenômeno que desenvolve uma função social, que deveria ser responsabilidade do Estado.

Desta forma, quando a atuação das Ongs passam a estar em consonância aos interesses do Estado, esta atuação pode se limitar a medidas paliativas e de controle social, configurando-se como programas de atendimento assistencialistas e preocupado com questões emergenciais.

Entendemos como fundamental refletirmos sobre as questões que envolvem o atendimento em contra turno social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social; e como os educadores sociais são figuras centrais na execução destes programas de atendimento, as questões que envolvem sua formação compõem este complexo debate.

Nas entrevistas realizadas com os educadores sociais ficou explícita através de suas falas que a formação na área da educação social é uma necessidade para a atuação no contra turno social e que apenas a formação universitária não garante a efetividade de sua atuação como educador.

No caso dos educadores sociais entrevistados que são formados ou em formação na licenciatura em Educação Física, apontam que o foco de sua formação é mais voltado para os conhecimentos sobre as técnicas dos esportes e desenvolvimento motor, e que estes não são suficientes para a atuação como educadores sociais. A partir deste fato não podemos deixar de pensar na formação que a licenciatura em Educação Física está privilegiando para os futuros educadores.

Entendemos também que a formação do educador social deve ser ampla e abranger aspectos como, a trajetória das lutas e das políticas sociais referentes à criança e ao adolescente em nosso país.

Outro aspecto que consideramos importante na formação do educador social é o estudo das questões teóricas e práticas que permeiam a educação social. Atualmente em nosso país a produção científica sobre educação social, pedagogia social e educação não-formal estão em expansão.

Entretanto, ressaltamos que a formação do educador social faz parte de um movimento constante de reflexão que deve privilegiar o comprometimento político e o engajamento nas lutas pela infância e adolescência. Não é possível se constituir como um educador social quando se está desconectado da realidade em contínuo movimento.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Editora da Fenabb, 1990.

CABRAL, Adilson. **Movimentos Sociais, as ONGs e a Militância que pensa, logo existe**. 2007. Disponível em <http://www.comunicacao.pro.br/artcon/movsocong.htm>. Acesso: abril 2008

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 36 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 10º edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

GRACIANI, Maria Estela Santos. **Pedagogia Social de Rua: Análise e Sistematização de Uma Experiência Vivida**. 5 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

OÑA, José Manuel de. **El Educador Social: un profesional de la educación en contacto con la infancia**. 2005. In: <http://www.eduso.net>. Acesso: maio de 2008.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. Salvador: EDUFBA, 2000.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao Padrão Emergente de Intervenção Social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RODRIGUES, Ligia Adriana. O educador “em risco”: trabalhando com a infância e a adolescência excluídas. In: PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro. **Educação Não-Formal: Contextos, Percursos e Sujeitos**. Holambra: Editora Setembro, 2005.